

1 Introdução

Danilo Sette de Almeida

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ALMEIDA, DS. Introdução. In: *Recuperação ambiental da Mata Atlântica* [online]. 3rd ed. rev. and enl. Ilhéus, BA: Editus, 2016, pp. 10-15. ISBN 978-85-7455-440-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



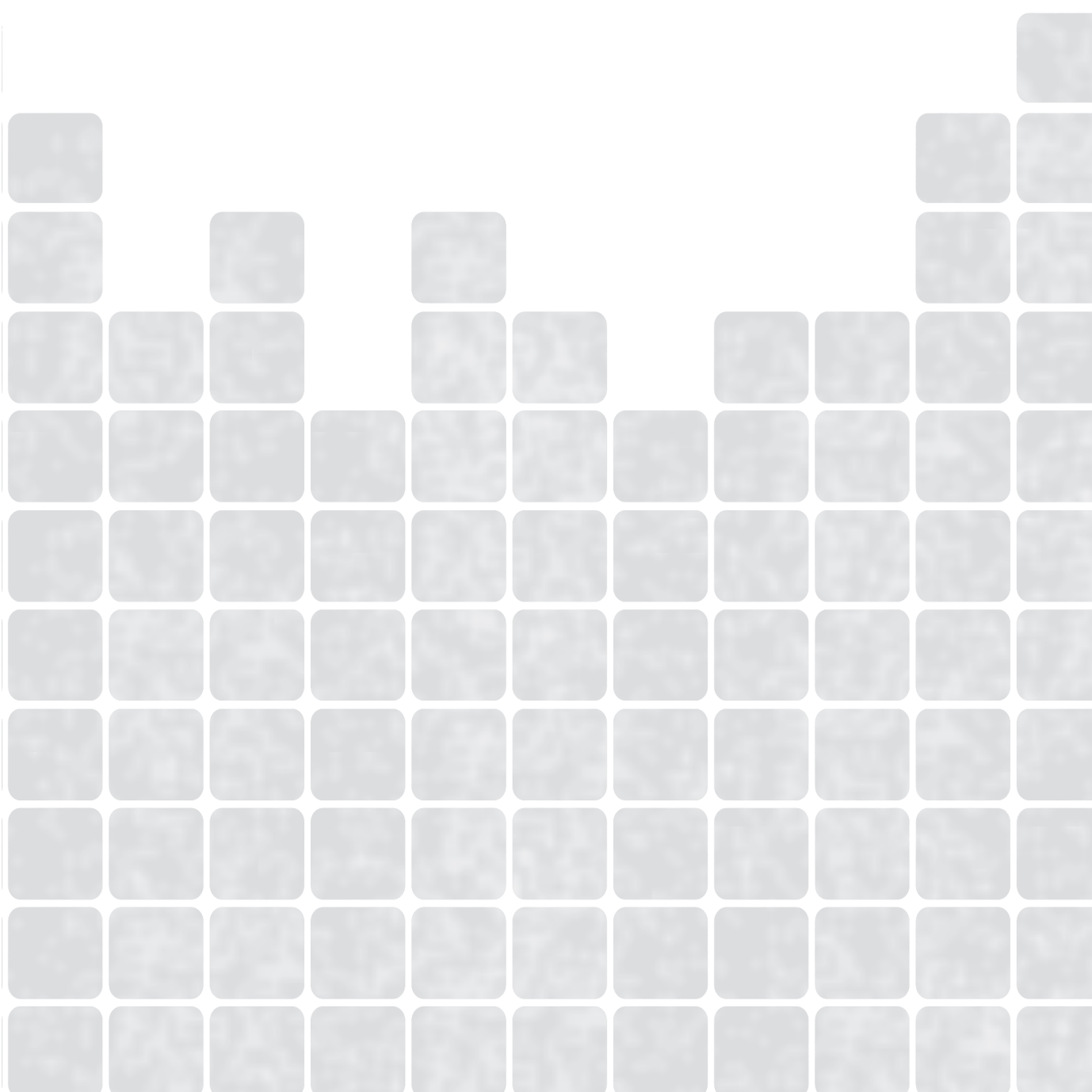
All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

1

INTRODUÇÃO



As florestas tropicais são ecossistemas que abrigam alta biodiversidade, englobando cerca de dois terços do total de espécies existentes no planeta. O Brasil, graças as suas duas grandes florestas - Amazônica e Atlântica -, se destaca como um dos países com maior biodiversidade do planeta, possuindo cerca de 357 milhões de hectares de florestas tropicais (30% de todas as florestas tropicais do planeta, mais que o dobro da área do segundo lugar, a Indonésia). Neste cenário, dos cerca 1,4 milhão de organismos conhecidos pela ciência, 10% vivem em território brasileiro, fazendo do Brasil, juntamente com Colômbia, México e Indonésia, os países de maior diversidade do mundo (MITTERMEIER et al., 1992). Em virtude da sua biodiversidade e dos níveis de ameaça, a Mata Atlântica, ao lado de outras 24 regiões localizadas em diferentes partes do planeta, foi indicada, por especialistas, em um estudo coordenado pela Conservação Internacional, como um dos 25 hot spots mundiais, ou seja, uma das prioridades para a conservação da biodiversidade em todo planeta (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2002). Entretanto é necessário que a população brasileira se conscientize sobre o valor ambiental e socioeconômico da biodiversidade, que constitui um dos maiores patrimônios do povo brasileiro e, se bem utilizado, faria do Brasil uma potência a nível mundial. Entretanto estes biomas, principalmente a floresta atlântica, vêm sendo destruídos pela ação antrópica, onde grande parte de sua diversidade está sendo extinta antes mesmo que se conheça o potencial ecológico, genético e a importância econômica das espécies ali presentes. Necessitamos de, urgentemente, substituir o pensamento imediatista (histórico nestes últimos 500 anos) pelo planejamento em longo prazo, garantindo a perpetuidade de nossas florestas, para gerações futuras, recuperando áreas degradadas, valorizando nossa biodiversidade e aprendendo a manejá-la de forma sustentável.

Desde o início do processo de colonização portuguesa, todo processo de ocupação tem-se concentrado na faixa litorânea brasileira. A floresta atlântica está presente em 17 estados brasileiros, além de áreas na Argentina, Paraguai e Uruguai. Conforme dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA) (2010), os remanescentes de vegetação nativa da Mata Atlântica ocupam atualmente apenas 27% de sua área original, incluindo-se neste percentual, áreas florestais em todos os estágios de regeneração (floresta em estágio inicial, médio e avançado de regeneração e florestas primárias), campos naturais, restingas, manguezais e outros tipos de vegetação nativa, sendo que as áreas

bem conservadas não chegam a 8% da área original do Bioma. Assim, a Mata Atlântica vem sendo considerada uma das florestas tropicais com maior risco de extinção no planeta. Esta situação é preocupante, visto que tal recurso natural se destaca por sua alta diversidade, a floresta atlântica abriga mais de 20 mil espécies de plantas, das quais 50% são endêmicas, ou seja, espécies que não existem em nenhum outro lugar do mundo (MMA, 2002). Na área, antes ocupada pela floresta atlântica, situam-se as grandes cidades e indústrias brasileiras, grande concentração de atividades agrícolas e pecuárias, e ainda o maior número de universidades e institutos de pesquisa do Brasil. Considerando também a importância econômica e social desta região - gera mais de 70% do P.I.B., e seus domínios abrigam 70% da população e concentram as maiores cidades e os grandes polos industriais do Brasil (MMA, 2002) - e a maior parte dos recursos naturais, que sustentaram a economia nacional nestes últimos 500 anos, é oriunda da floresta atlântica, podemos afirmar que muito pouco se tem feito em prol deste bioma. Hoje, na área do território original da Mata Atlântica, vivem aproximadamente 123 milhões de pessoas (67% da população Brasileira), em 17 estados e 3.410 municípios (MMA, 2010). A Mata Atlântica é um dos 25 *hot spots* de biodiversidade reconhecidos no mundo, áreas que perderam pelo menos 70% de sua cobertura vegetal original, mas que, juntas, abrigam mais de 60% de todas as espécies terrestres do planeta (GALINDO-LEAL; CÂMARA, 2005).

Diante do atual quadro de destruição da floresta atlântica, consideramos quatro principais tarefas principais nas quais deveriam ser concentrados esforços, ou seja:

- 1. Divulgação e conscientização pública** - da importância social, econômica e ambiental da floresta atlântica, incluindo todos os níveis – educação formal, professores, políticos e sociedade.
- 2. Conservação dos últimos remanescentes** - com a finalidade de manter a diversidade ainda existente e, principalmente, os núcleos de florestas melhor conservados.
- 3. Prospeção da biodiversidade** - visando adquirir conhecimento da variedade de espécies, sua variabilidade genética, sua autoecologia e potencial ecológico-econômico, conhecer também a variedade de ambientes (ecossistemas).

4. Recuperação ambiental de áreas degradadas - com o objetivo de resgatar parte da biodiversidade original, e manejá-la de forma sustentável, o processo de recuperação de áreas degradadas deve ser conduzido visando, principalmente, interligar grandes fragmentos florestais (florestas mais extensas e bem conservadas). Para que este processo aconteça é necessária a existência de vontade política de nossos governantes e criação de estímulos e financiamentos.

Em relação à recuperação de áreas degradadas, nas últimas décadas, têm-se multiplicado iniciativas neste sentido e, mais recentemente, surge também a preocupação em restaurar a biodiversidade original da floresta. Problemas cada vez mais frequentes, relativos a secas, erosões e perda de solo, enchentes, secamento de nascentes e rios, enfim vários impactos referentes à destruição do ecossistema original. Podemos também citar como motivos para se restaurar a vegetação, além da questão estética e paisagística, turismo, aspectos históricos, conservação de recursos hídricos, melhoria do microclima, recuperação do potencial econômico – biodiversidade, plantas medicinais, madeiras, ornamentais, frutíferas – e atendimento a exigências legais. Mais recentemente, iniciativas de recuperação ambiental de Mata Atlântica, ligadas ao conceito de formação de corredores de biodiversidade, estão ganhando grande impulso, pois a conexão de fragmentos florestais remanescentes é uma das melhores maneiras de se conservar e manejar a diversidade de espécies da Mata Atlântica. Também trabalhos de recuperação, visando o sequestro de carbono, começam a ganhar estímulo indicando que pode ser uma forte demanda futura de trabalhos de recuperação. A formação de uma nova consciência ambiental do povo brasileiro e, conseqüentemente, a mudança do perfil do consumidor incentiva o mercado a buscar selos verdes e certificados, que exigem dos negócios maior qualidade ambiental.

Se considerarmos somente a recuperação de áreas de preservação permanente (margens de cursos d'água, lagos, açudes, represas, áreas inclinadas) estados como, por exemplo, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, possuem mais de um milhão de hectares (cada um) degradados, necessitando de trabalhos de recuperação. Se tivermos em vista, também, a recuperação de

áreas de reserva legal este número mais do que dobra. Ainda temos novas demandas de reflorestamentos com finalidades como fixação de carbono da atmosfera, conservação dos recursos hídricos, principalmente água para consumo humano, conservação da biodiversidade e formação de corredores ecológicos.

Neste trabalho, são discutidos métodos de recuperação de áreas degradadas, principalmente aplicados em atividades agropecuárias na região da floresta atlântica. Segundo a Fundação para Conservação e a Proteção Florestal do Estado de São Paulo (2004), a complexidade da estrutura e funcionamento dos ecossistemas tropicais e a escassez de informações sobre a ecologia das espécies são alguns dos fatores que dificultam a restauração florestal, estes autores classificam a recuperação florestal como uma atividade de silvicultura que se caracteriza por apresentar um custo inicial alto e resultados mensuráveis somente em longo prazo.

Através dos planos municipais para Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, instituídos pela Lei n. 11.428, de dezembro de 2006 (Lei da Mata Atlântica), são abertas as possibilidades de os municípios atuarem diretamente na defesa, conservação e recuperação da vegetação nativa da Mata Atlântica. Esta lei, através do seu art. 38, institui o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA). Este plano torna-se muito importante para que todo município, presente no Domínio da Mata Atlântica, possua um “Banco de áreas destinadas à recuperação ambiental”, fazendo um importante *link* entre as questões legais e a parte prática da restauração ecológica da Mata Atlântica. Observamos, hoje, que para a obtenção do licenciamento ambiental de empreendimentos urbanos e rurais, como previsto em todas as autorizações de supressão de vegetação, pode-se fazer a compensação ambiental através de plantios de recuperação ambiental de alguma área degradada. A esta demanda de áreas para serem restauradas, cabe gerar em cada município este banco com localização, disponibilidade e informações destas áreas disponíveis para recuperação ambiental, públicas ou privadas (pessoas que tenham interesse em recuperar estas áreas). Nos municípios, também, torna-se importante prever em seus planos para Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, a conciliação/ associação de práticas de resgate e salvamento de espécies (também previstas nos processos de licenciamento ambiental) com trabalhos de restauração de áreas degradadas. Outras práticas descritas, neste

trabalho, podem ser otimizadas, conciliando áreas de expansão urbana (onde a legislação permite supressão de vegetação nativa) com trabalhos de resgate/transposição de serrapilheira (manta orgânica florestal), sementes, plântulas para áreas em processo de recuperação, mapeadas dentro da área do município.

Neste livro, em sua 3ª edição, são abordados temas com o objetivo de fornecer subsídios para quem deseja praticar a recuperação de ecossistemas degradados, levando-se em consideração aspectos técnicos, legais, culturais e econômicos do processo de recuperação, em que também apresentamos a importância das considerações da sucessão natural no processo e várias experiências práticas de recuperação ambiental em áreas de Mata Atlântica.

A nova demanda legal para adequação ambiental de propriedades rurais, promovendo a restauração das áreas de preservação permanente e de reserva legal, gera uma perspectiva de aumento das atividades de restauração em nosso país. Através do PRA – Plano de Regularização Ambiental –, todos os imóveis rurais do Brasil deverão planejar a recuperação ambiental das áreas degradadas do imóvel. A recente preocupação com a sustentabilidade e promoção do retorno da biodiversidade dos ecossistemas, que estão sendo restaurados, abre novas perspectivas e dá um novo rumo à restauração ecológica no Brasil.

Procuramos, nesta edição revisada e ampliada, abranger desde a realização de diagnósticos, metodologia para desenvolvimento de diferentes modelos de recuperação, com base nos princípios de sucessão ecológica, até roteiros para elaboração de projetos técnicos - planos de recuperação de áreas degradadas (PRAD's), montagem de infraestrutura de apoio para projetos (serviços de coleta de sementes, implantação de viveiros de mudas), e subsídios gerais para implantar programas de recuperação ambiental apropriados para diferentes situações e escalas (diferentes áreas físicas, horizonte de tempo).